

Programa de Certificação

Certificado para Governance Officer IBGC (CGO)



CGO
ibgc

Sumário

Apresentação do programa	3	Orientações de estudo	7		
Objetivo da Certificação para Governance Officer	3	1. Sistema de governança corporativa	7	11. Diversidade na administração.....	17
Conteúdo da Certificação para Governance Officer	4	2. Princípios de governança (transparência, equidade, responsabilização, integridade e sustentabilidade)	8	12. Publicações e divulgação de informações	18
Temas da Certificação para Governance Officer	4	3. Agentes e órgãos de governança	9	13. Tipos societários: sociedade limitada e sociedade anônima.....	19
Os principais tópicos são	5	4. Documentos societários e regras internas	10	14. Estatuto social e contrato social: cláusulas essenciais	20
Como se preparar para a prova	6	5. Atas e evidências do processo decisório.....	11	15. Conselho fiscal: instalação e eleição.....	21
		6. Funções e atribuições do governance officer	12	16. Mandato, posse e renúncia de administradores.....	22
		7. Competências comportamentais para a função de governance officer.....	13	17. Mercado de capitais: IPO, Novo Mercado e emissores.....	23
		8. Conflitos de interesses e partes relacionadas.....	14	18. Ofertas públicas de aquisição (OPA) e fechamento de capital	24
		9. Assembleias gerais e voto.....	15		
		10. Conselho de administração: composição, independência e regimento.....	16		

Apresentação do programa

Com o propósito de promover uma governança corporativa melhor para uma sociedade melhor, o IBGC acredita que a formação contínua é essencial para potencializar o conhecimento e fortalecer a governança no presente, influenciando seu futuro. Por isso, o Programa de Certificação Profissional IBGC foi estruturado, e é continuamente aprimorado, para qualificar e destacar profissionais comprometidos com as boas práticas de governança corporativa, valorizar sua atuação e proporcionar reconhecimento do mercado.

Objetivo da Certificação para Governance Officer

A Certificação para Governance Officer (CGO IBGC) e a Certificação para Governance Officer Experiente (CGO+ IBGC) são voltadas a profissionais com experiência na área de governança corporativa ou pública.

O selo CGO IBGC é destinado a quem já atuou como responsável pela governança ou em áreas correlatas, como jurídica, financeira, relações com investidores, riscos, *compliance* ou ESG, e concluiu o curso Governance Officer. Já o selo CGO+ IBGC é voltado a profissionais com no mínimo quatro anos de experiência liderando a governança de empresas ou instituições, contribuindo para a gestão e aprimoramento do ecossistema de governança.

Conteúdo da Certificação para Governance Officer

O material apresenta os conteúdos dos temas da certificação abaixo, organizados em tópicos temáticos. Cada tópico é contextualizado para orientar os estudos frente às referências correspondentes.

O IBGC possui o compromisso de realizar atualizações no programa caso o conteúdo seja atualizado por motivos de alterações de legislações ou outros materiais de referência.

Temas da Certificação para Governance Officer

1. Sistema de governança corporativa
2. Funções e atribuições
3. Legislação

Os principais tópicos são

- 1** Sistema de governança corporativa
- 2** Princípios de governança (transparência, equidade, responsabilização, integridade e sustentabilidade)
- 3** Agentes e órgãos de governança
- 4** Documentos societários e regras internas
- 5** Atas e evidências do processo decisório
- 6** Funções e atribuições do *governance officer*
- 7** Competências comportamentais para a função de *governance officer*
- 8** Conflitos de interesses e partes relacionadas
- 9** Assembleias gerais e voto
- 10** Conselho de administração: composição, independência e regimento
- 11** Diversidade na administração
- 12** Publicações e divulgação de informações
- 13** Tipos societários: sociedade limitada e sociedade anônima
- 14** Estatuto social e contrato social
- 15** Conselho fiscal: instalação e eleição
- 16** Mandato, posse e renúncia de administradores
- 17** Mercado de capitais: IPO, Novo Mercado e emissores
- 18** Ofertas públicas de aquisição (OPA) e fechamento de capital
- 19** Governança em empresas familiares

Como se preparar para a prova

A preparação para a prova de certificação exige organização, disciplina e foco assim como em outros desenvolvimentos da sua carreira. Para apoiar seus estudos e preparação, confira as recomendações a seguir:

1

Estude as referências oficiais

As referências listadas servem como direcionadores para os seus estudos, permitindo que você aprofunde os temas que compõem o exame.

2

Dedique tempo aos estudos das temáticas

O exame avalia principalmente o domínio dos conceitos e temas. Leia atentamente as referências, faça registros e revise suas anotações. Não é necessário o uso de calculadora.

3

Planeje sua rotina de estudos

Um planejamento estruturado contribui para o gerenciamento eficaz do tempo e para um processo de estudo consistente. Reserve períodos específicos para a leitura das referências e estudo das temáticas, definindo metas periódicas (semanais, mensais etc.).

Orientações de estudo

O conteúdo descrito neste programa é aplicável ao ciclo atual referente a este edital.

1 Sistema de governança corporativa

Arquitetura que integra agentes, órgãos, documentos societários, ambiente regulatório e processos decisórios, orientando, monitorando e controlando a organização. Aborda legalidade, eficiência, integridade e legitimidade, protegendo a reputação organizacional e sustentando o alcance de objetivos estratégicos.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Código Brasileiro de Governança Corporativa: Companhias Abertas*. São Paulo: IBGC, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.

2 Princípios de governança (transparência, equidade, responsabilização, integridade e sustentabilidade)

Fundamentos que estruturam decisões e práticas organizacionais, assegurando comunicação acessível, tratamento equitativo e responsabilização institucional. Sustentam a confiança e orientam a condução ética e sustentável das atividades organizacionais.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.

3 Agentes e órgãos de governança

Conjunto de instâncias responsáveis por deliberar, supervisionar e executar decisões, atuando em conformidade com a legislação, os regimentos e as políticas internas. Estruturam o processo decisório e asseguram controle e monitoramento contínuos.

Referências

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976, art. 138, 142, 161 e 163. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.

4 Documentos societários e regras internas

Instrumentos que definem estrutura societária, competências e fluxos decisórios. Formalizam regras internas em alinhamento com os requisitos legais, regulatórios e as boas práticas vigentes.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002, art. 1.003 e 1.057. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976, art.122. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021. *Dispõe sobre a divulgação de informações sobre ato ou fato relevante, a negociação de valores mobiliários na pendência de ato ou fato relevante não divulgado e a divulgação de informações sobre a negociação de valores mobiliários*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 ago. 2021, art. 15. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol044.html>>.

5 Atas e evidências do processo decisório

Registro formal das deliberações, fundamentos, votos e eventuais conflitos, assegurando rastreabilidade, publicidade e a validade jurídica do processo decisório.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002, art. 1.150 e 1.151. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976, art. 142. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

6 Funções e atribuições do governance officer

Atuação dedicada à gestão e ao aperfeiçoamento do sistema de governança, promovendo consistência documental, circulação adequada de informações e aderência às políticas institucionais.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Governance Officer*. São Paulo: IBGC, 2022.

7 Competências comportamentais para a função de governance officer

Conjunto de capacidades que favorecem relacionamento, mediação e visão sistêmica, contribuindo para práticas organizacionais íntegras, transparentes e alinhadas à cultura de governança.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Governance Officer*. São Paulo: IBGC, 2022.

8 Conflitos de interesses e partes relacionadas

Situações que podem comprometer a imparcialidade na tomada de decisão, exigindo a identificação, o tratamento adequado e a divulgação conforme normativos e práticas de governança corporativa. Ainda, envolve a avaliação objetiva de transações e relacionamento entre as partes interessadas.

Referências

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976, art. 177 e 245. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas*. São Paulo: CPC, 2023. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/menu/regulados/normascontabeis/cpc/CPC_05_R1_rev06_Consolidado.pdf>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa*. 6. ed. São Paulo: IBGC, 2023.

9 Assembleias gerais e voto

Processos formais que regulam convocação, deliberação e participação dos acionistas, observando legislação aplicável e garantindo previsibilidade e clareza das decisões.

Referências

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976, art. 122, 124, 129, 135 e 141. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022. *Dispõe sobre as assembleias de acionistas, de debenturistas e dos titulares de notas promissórias de emissão pública*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 2022, art. 26. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol081.html>.

10 Conselho de administração: composição, independência e regimento

Parâmetros normativos e de governança que orientam a composição, a independência e o funcionamento do conselho de administração, incluindo critérios por indicação, diretrizes de diversidade e disposições regimentais.

Referências

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. *Regulamento de Emissores*. São Paulo: B3, 2023, Anexo B. Disponível em: <https://www.b3.com.br/data/files/3B/31/OA/CF/394798101DBF7498AC094EA8/Regulamento%20de%20Emissores%20_20.07.2023_.pdf>.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976, art. 138 e 141. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022. *Dispõe sobre o registro e a prestação de informações periódicas e eventuais dos emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 2022, Anexo J. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol080.html>>.

11 Diversidade na administração

Diretrizes que promovem pluralidade dos órgãos administração, ampliando perspectivas, fortalecendo legitimidade institucional e refletindo expectativas de mercado e de boas práticas de governança.

Referências

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. *Regulamento de Emissores*. São Paulo: B3, 2023, Anexo B. Disponível em: <https://www.b3.com.br/data/files/3B/31/0A/CF/394798101DBF7498AC094EA8/Regulamento%20de%20Emissores%20_20.07.2023_.pdf>.

12 Publicações e divulgação de informações

Normas que disciplinam formatos, prazos e meios de divulgação, assegurando transparência e conformidade com exigências legais e regulatórias.

Referências

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976, art. 289. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Resolução CVM nº 166, de 1º de setembro de 2022. *Dispõe sobre a forma de realização das publicações ordenadas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, por parte das companhias abertas de menor porte*. Brasília, DF: CVM, 2022. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol166.html>.

13 Tipos societários: sociedade limitada e sociedade anônima

Estruturas societárias que se diferenciam por regime jurídico, composição de capital, governança e requisitos de publicidade, influenciando mecanismos de controle e captação.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002, art. 1.052, 1.053, 1.055, 1.057, 1.058, 1.060, 1.061 e 1.088. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976, art. 1º, 31, e 61. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

14 Estatuto social e contrato social: cláusulas essenciais

Cláusulas que estabelecem elementos essenciais da organização societária, disciplinando competências, capital, regras decisórias e integração com regimentos internos.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002, art. 1.055, 1.057, 1.060, 1.061, 1.063, 1.077 e 1.078. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976, art. 11, 15, 44, 59, 109, 136, 137 e 150. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

15 Conselho fiscal: instalação e eleição

Órgão responsável por fiscalização independente, com regras específicas sobre composição, elegibilidade e funcionamento, conforme legislação aplicável.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002, art. 1.066. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976, art. 161 e 163. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

16 Mandato, posse e renúncia de administradores

Regras que disciplinam início, exercício e encerramento de mandatos, incluindo formalidades de posse, renúncia e requisitos para administradores residentes ou não no país.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. *Institui o Código Civil*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002, art. 1.062 e 1.063. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre as sociedades por ações*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976, art. 146 e 149. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.

17 Mercado de capitais: IPO, Novo Mercado e emissores

Processos que envolvem registro, distribuição pública e listagem, demandando aderência a requisitos regulatórios e padrões de governança específicos conforme o segmento.

Referências

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. *Regulamento de Emissores*. São Paulo: B3, 2023, Anexo B. Disponível em: <https://www.b3.com.br/data/files/3B/31/OA/CF/394798101DBF7498AC094EA8/Regulamento%20de%20Emissores%20_20.07.2023_.pdf>.

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. *Regulamento do Novo Mercado*. São Paulo: B3, 2023. Disponível em: <https://www.b3.com.br/data/files/9F/73/CB/E9/334E8810C7AB8988AC094EA8/Regulamento%20do%20Novo%20Mercado%20_Versao%202023_%20%20_25_.pdf>.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022. *Dispõe sobre o registro e a prestação de informações periódicas e eventuais dos emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 2022. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol080.html>>.

18 Ofertas públicas de aquisição (OPA) e fechamento de capital

Procedimentos aplicáveis a ofertas públicas em diferentes finalidades, contemplando requisitos de preço, laudos, manifestações e observância de regras de mercado.

Referências

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. *Regulamento de Emissores*. São Paulo: B3, 2023, Anexo B. Disponível em: <https://www.b3.com.br/data/files/3B/31/OA/CF/394798101DBF7498AC094EA8/Regulamento%20de%20Emissores%20_20.07.2023_.pdf>.

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO. *Regulamento do Novo Mercado*. São Paulo: B3, 2023. Disponível em: <https://www.b3.com.br/data/files/9F/73/CB/E9/334E8810C7AB8988AC094EA8/Regulamento%20do%20Novo%20Mercado%20_Versao%202023_%20%20_25_.pdf>.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Resolução CVM nº 215, de 29 de outubro de 2024. *Dispõe sobre as ofertas públicas de aquisição de ações (OPA)*. Brasília, DF: CVM, 2024. Disponível em: <<https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol215.html>>.

19 Governança em empresas familiares

Mecanismos de governança aplicados ao contexto familiar, estruturando instâncias e acordos, bem como processos decisórios que organizam relações entre família, propriedade e gestão.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Governance Officer*. São Paulo: IBGC, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). *Sucessão em Empresas Familiares*. São Paulo: IBGC, 2020.

Contatos do IBGC

Central de Atendimento - Certificação

Email: atendimento.edu@ibgc.org.br

Telefone: 11 3185-4252

Clique aqui e entre em contato com a nossa equipe através do WhatsApp +55 11 3185 4200